

# Fraude desviou 64% das verbas sociais de 92

O relatório final da CPI do Orçamento, que deverá ser divulgado no final desta semana, apresentará ao País um retrato estarrecedor da fraude sobre a distribuição das verbas públicas destinadas às camadas mais pobres da população. Pelos números já calculados pela subcomissão das subvenções sociais — recursos doados pelo Governo Federal para atividades de assistência —, 64% das liberações feitas pelo Ministério do Bem-Estar Social somente no ano de 1992 se perderam nos labirintos da corrupção.

Dos US\$ 23,5 milhões liberados por este Ministério no último ano do governo Collor, US\$ 15,3 milhões foram transferidos a associações particulares e prefeituras controladas pela máfia do Orçamento. A pedido da CPI, o Tribunal de Contas da União (TCU) auditou 75 destes repasses de subvenções e constatou irregularidades em 74. O mesmo relatório vai revelar outras vergonhosas distorções: entidades consideradas idôneas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e Sociedade Pestalozzi — que atendem às crianças carentes portadoras de deficiências —, e as Santas Casas de Misericórdia obtiveram juntas em 92 pouco mais de US\$ 500 mil do Bem-Estar Social. Esta quantia corresponde a apenas 2% do total das

liberações.

A subcomissão já identificou que, naquele ano, pelo menos US\$ 13 milhões se destinaram ao esquema de distribuição controlado pelo deputado João Alves (sem partido-BA). Além de Alves, o desvio de recursos para entidades fantasmas ou particulares comandados pelos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Carlos Benevides (PMDB-CE) e Cid Carvalho (PMDB-MA) foram considerados escandalosos. Dos US\$ 23,5 milhões retirados dos cofres públicos em 92, US\$ 22 milhões foram pagos pelo ex-ministro da Ação Social (atual Bem-Estar Social), deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

O ex-assessor da Comissão de Orçamento e ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, hoje preso na Polícia Federal (PF), será apontado pela subcomissão como o principal “técnico” do esquema de subvenções. Por ordem dos “anões” da Comissão de Orçamento do Congresso, o economista incluía na lei orçamentária as rubricas globais de subvenções sociais. José Carlos ajudava também na feitura das listas fraudulentas que eram encaminhadas posteriormente aos ministros indicando quais entidades deveriam ser beneficiadas.